



MEDICINA

ANA JÚLIA MANSUR SOARES FERREIRA

ANA LUISA LOPES SILVA

GABRIEL DAL'COL BARBOSA LAGE

ISABELLA DE MENEZES GALDINO

ISNALDO JÚNIOR BARBOSA FERREIRA

**ANÁLISE DA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA DE LAGOA SANTA PARA
ELABORAÇÃO DA CARTEIRA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO
PRIMÁRIA EM SAÚDE**

Atividade desenvolvida como requisito parcial à conclusão da disciplina de Internato em Saúde Coletiva.

Orientadores: Danilo Roberto Carvalho Ferreira, Lilian Aparecida Amorim Rodrigues, Endy Puff Mendes do Valle Lippi.

Maio/2023

INTRODUÇÃO

A Rede de Atenção à Saúde (RAS) é definida como uma organização de ações e serviços que utilizam diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. Tem o objetivo de promover a integração sistêmica, de ações e serviços de saúde com provisão de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada, bem como incrementar o desempenho do Sistema, em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária; e eficiência econômica.

O Ministério da Saúde preconiza que para a formação da RAS, o município deve fornecer a consolidação de normas que comandam o Sistema único de Saúde (SUS), sendo os principais:

1. Espaço geográfico e um grupo de indivíduos que residem nesse local;
2. Prestação de serviços e ações de saúde de diversos níveis de complexibilidade de acordo com as condições de custo/benefício e oferta/necessidade dos usuários;
3. Acompanhamento logístico dos indivíduos durante seus atendimentos nos serviços da rede;
4. Implementação de regulamentos com normas e protocolos a serem seguidos.

O centro de comunicação das redes de atenção à saúde é o nó intercambiador no qual se coordenam os fluxos e os contrafluxos do sistema de atenção à saúde e é constituído pela Atenção Primária à Saúde (APS). A mudança dos sistemas fragmentados para as RAS só poderá ocorrer, conseqüentemente, se estiver apoiada numa APS robusta e de qualidade.

O modelo da saúde pública compõe-se de três níveis de intervenções: políticas dirigidas à população, atividades comunitárias e serviços de atenção

à saúde. O modelo inclui serviços preventivos e monitoramento dos cuidados aos portadores de condições crônicas e enfatiza os determinantes sociais, culturais e econômicos das doenças. Esse modelo, para ter sucesso no controle das condições crônicas, deve se estruturar com liderança comprometida, na vigilância em saúde, em parcerias, no planejamento estatal, em intervenções focalizadas, e na avaliação e gestão de programas.

A construção social da APS implica em uma coerência entre a estrutura da demanda e da oferta. Assim, parte-se do estabelecimento da estrutura da demanda e busca-se adequar as respostas sociais a cada tipo de demanda específica por meio de uma estrutura de oferta singular. Ou seja, há de se harmonizar a estrutura de demanda com a estrutura de oferta. A construção social da APS faz-se pelo desenvolvimento e pela implantação das estruturas e dos processos que permitem dar respostas satisfatórias às diferentes demandas, o que equivale a implementar soluções estruturais e processuais de oferta.

Não é possível existir uma APS de qualidade, cumprindo com as funções de resolubilidade, de centro de comunicação e de responsabilização nas RAS, que não tem a participação de uma equipe multiprofissional de maneira integral, que não pode oferecer o cuidado apoiado em função da carência de trabalho multiprofissional e que se comunica, que apresenta sistemas de contratação de profissionais sem plano de carreira e, em geral, não possuem o manejo adequado e específico para crianças e adolescentes. Por isso, há de se pensar nas estruturas da APS e nos processos de saúde, o que implica assumi-la verdadeiramente no município e, não só discursivamente, como na estratégia de organização do SUS.

Nesse sentido, com o objetivo de fortalecer da APS oferecer a base no atributo essencial da integralidade (abrangência do cuidado), a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (Saps), do Ministério da Saúde, apresenta à sociedade, aos profissionais da APS no Brasil e aos gestores da saúde nos âmbitos municipal, estadual e federal, a Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde (CaSAPS). O intuito é ofertar, de maneira clara e objetiva

para todas as pessoas, as ações sob responsabilidade da APS, tanto de serviços clínicos como de vigilância em saúde, promovendo, assim, maior subsídio para o controle da população dos serviços ofertados.

A Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde (CaSAPS) é um documento que visa nortear as ações de saúde na APS brasileira com forte reconhecimento da clínica multiprofissional. É um documento orientador para todos os serviços de APS no Brasil. Frente a isso, para adequar os itens na Carteira de Serviços, de acordo com as necessidades e condições locais, e adaptar a oferta nacional para a realidade do município, discutiremos a seguir itens específicos da Carteira a partir de um diagnóstico situacional realizado na cidade. Por fim, será dado um parecer final que irá excluir, modificar ou manter os itens analisados de maneira pertinente às peculiaridades do município de Lagoa Santa.

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo, foi utilizada como ferramenta a análise qualitativa de materiais de apoio, sendo selecionados 3 artigos para confecção das informações, levantamento de dados no e-SUS, pesquisa em manuais, protocolos e guias do Ministério da Saúde e consulta ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à Constituição Federal.

Além disso, para produção de um diagnóstico situacional que pactue da realidade do município de Lagoa Santa/ MG, os acadêmicos do 11º período do curso de Medicina da Faculdade de Minas (FAMINAS/BH), devidamente matriculados na disciplina Internato em Saúde Coletiva, em conjunto com os preceptores Danilo e Lilian realizaram uma reunião com servidores e preceptores da rede municipal de saúde, denominada “Grupo focal”, do município para discussão dos itens, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 94 da CaSAPS. Foram utilizadas, como instrumento norteador, perguntas

pré-estabelecidas feitas pelos alunos juntamente com a orientadora Lilian, que constam no anexo A.

No grupo focal, estavam presentes Lilian Aparecida Amorim Rodrigues (Orientadora do Grupo Focal); Ana Júlia Mansur Soares (Acadêmica de Medicina/mediadora); Ana Luísa Lopes Silva (Acadêmica de Medicina/mediadora); Gabriel Dal'Col Barbosa Lage (Acadêmico de Medicina/secretário); Isabella de Menezes Galdino (Acadêmica de Medicina/secretária); Isnaldo Júnior (Acadêmico de Medicina/secretário); Flávia Regina Calonge (Gerente Regional Norte); Karina Mio Brandão (RT Médicos); Marilene Vieira Bertaso (Gerente Regional Sul); Fernando Vanucci (RT Enfermagem). Grazielle Oliveira (Comunicação de ensino); Janaina Márcia do Carmo (Gerente Regional Leste); Renata Santos Cunha (RT Regional centro oeste); Alessandra Panicceli de O. Souza (RT Enfermagem); Karine de Almeida Bueri (Acadêmica de Enfermagem).

Após analisar as informações obtidas na reunião supracitada, elaborou-se um parecer circunstanciado (Anexo B) sobre a forma como os serviços de enumerados estão funcionando na APS e sua descrição dada pela CaSAPS (Quadro 1), possibilitando a elaboração futura da CaSAPS do município de Lagoa Santa.

Os itens abordados estão citados no quadro abaixo.

Quadro 1 - Itens da Carteira de Serviços da APS analisados pelo estudo.

Item	Descrição
56	Manejo de arboviroses (dengue, zika, febre amarela e chikungunya).
74	Prevenção, rastreamento, diagnóstico, tratamento e acompanhamento da criança e adolescente com sífilis, hepatites virais, HIV e outras ISTs.
75	Prevenção, identificação, aconselhamento e tratamento em relação ao tabagismo.

76	Prevenção, identificação, aconselhamento em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas.
77	Prevenção, identificação, acolhimento e acompanhamento de situações de violência contra crianças e adolescentes, preferencialmente em parceria intersetorial com serviços de assistência social e segurança pública
78	Prevenção e promoção da segurança da criança e do adolescente contra injúrias físicas.
84	Identificação e seguimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (violência, trabalho infantil, medida socioeducativa, acolhimento institucional, em situação de rua, migrantes e refugiados).
94	Identificação, acompanhamento e atenção integral à adolescente gestante e puérpera.

Fonte: Adaptado pelos autores com base na Carteira de Serviços da Atenção Primária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a reunião do Grupo Focal elaborada em conjunto com os acadêmicos de medicina da Faminas-BH, foram discutidos os itens 56, 74,75,76,77,78,84 e 94 da CaSAPS.

Em relação ao item 56, que diz respeito ao Manejo de arboviroses (dengue, zika, febre amarela e chikungunya), o município de Lagoa Santa/MG tem adotado medidas eficientes na abordagem das arboviroses, envolvendo desde medidas de prevenção e controle das áreas de foco ao manejo clínico de casos suspeitos e confirmados de maneira adequada seguindo protocolo do MS (Ministério da Saúde).

O trabalho se inicia na base, quando os focos são identificados pelas ACS, ACE ou pela própria população, que aciona a equipe de zoonose municipal que age rapidamente realizando o bloqueio da área. Outro instrumento utilizado é o Levantamento Rápido de Índices para *Aedes Aegypti* (LIRA), da

Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, e a partir da análise desses resultados, são estipuladas ações a serem realizadas pela equipe da vigilância a fim de combater as arboviroses. A APS tem papel fundamental na identificação e prevenção das arboviroses no município, contribuindo através da disseminação de informações para a população, por meio de campanhas pela mídia, em conjunto com ações de promoção nas próprias UBS. Além disso, o setor de vigilância epidemiológica utiliza o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) como ferramentas para auxiliar no monitoramento do índice de mortalidade e morbidade, facilitando a identificação de riscos e realidade epidemiológica das arboviroses. Nesse sentido, após análise criteriosa dos dados epidemiológicos pela Vigilância Epidemiológica, a APS elabora um plano estratégico de prevenção e tratamento para os possíveis casos no município, proporcionando saúde ampla e integral aos seus cidadãos.

Os dados obtidos na Vigilância Epidemiológica (tabelas 1, 2, 3 e 4) deixam evidente o baixo número de casos no município, o que reflete a efetividade das ações.

ZIKA VÍRUS - NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO - MINAS GERAIS

Todos os casos por Faixa Etária segundo Ano 1º Sintoma(s)

Ano 1º Sintoma(s): 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023

Município de residência: 313760 LAGOA SANTA

Período: 2018-2021

Ano 1º Sintoma(s)	<1 Ano	20-39	Total										
TOTAL													
L	1	13	14										
2019	1	11	12										
2020	-	2	2										

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Tabela 1: casos de Zika por faixa etária notificados em Lagoa Santa/MG de 2018 a 2023.

Casos notificados (suspeitos/confirmados) de Febre Amarela por local de residência - Minas Gerais

Notificações por Ano dos 1º(s) Sintoma(s) e Faixa Etária 2

Ano dos 1º(s) Sintoma(s): 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023

Município Residência: 313760 Lagoa Santa

Período:2018-2023

Ano dos 1º(s) Sintoma(s)	15-19	20-34	Total
2018	1	1	2
Total	1	1	2

Fonte: SINAN/CPDE/DIE/SVE/SubVS/SESMG

Tabela 2: casos de Febre Amarela por faixa etária notificados em Lagoa Santa/MG de 2018 a 2023.

Casos notificados (suspeitos/confirmados) de Chikungunya por local de residência - Minas Gerais

Notificações por Ano dos 1º(s) Sintoma(s) e Faixa Etária 2

Ano dos 1º(s) Sintoma(s): 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023

Município Residência: 313760 Lagoa Santa

Período:2018-2023

Ano dos 1º(s) Sintoma(s)	10-14	15-19	20-34	35-49	50-64	65-79	Total
2019	2	-	6	-	4	1	13
2020	-	1	1	-	-	-	2
2022	-	-	-	1	-	1	2
2023	-	-	-	2	1	-	3
Total	2	1	7	3	5	2	20

Fonte: SINAN/CPDE/DIE/SVE/SubVS/SESMG

Tabela 3: casos de Chikungunya por faixa etária notificados em Lagoa Santa/MG de 2018 a 2023.

Distribuição dos casos residentes por Faixa Etária e Data dos Primeiros Sintomas								
Por: Local de Residência			Período: 01/01/2018 a			14/04/2023		
Seleção: Município			Nível de			Total por Município		
UF :MG								
Município:LAGOA SANTA								
Tipo de Relatório: Distribuição Absoluta			Nº de casos notificados					
Faixa Etária	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total	
< 1 ano	1	157	28	7	2	6	157	
1-4	2	119	6	7	14	6	119	
5-9	5	217	9	1	5	15	217	
10-14	6	327	10	4	9	39	327	
15-19	7	394	20	6	11	40	394	
20-34	15	1346	104	52	79	182	1346	
35-49	6	1054	80	48	57	117	1054	
50-64	4	580	60	24	25	65	580	
65-79	0	196	10	5	10	18	196	
80 e+	0	25	1	0	1	2	25	
Total	46	4415	328	154	213	490	4415	

Fonte: Sinan/SVS/MS

Tabela 4: casos de dengue por faixa etária notificados em Lagoa Santa/MG de 2018 a 2023.

Com isso, o manejo adequado em todos os níveis da atenção do município de Lagoa Santa demonstra cumprir com as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias das arboviroses, o que evita a elevação da incidência de novos casos, o agravamento de casos existentes e a ocorrência de óbitos.

Entretanto, algumas ações que anteriormente eram fundamentais para o controle das arboviroses no município não estão presentes. O Programa de Saúde da Escola (PSE), que é um importante veículo de informação para os estudantes, é de grande valia para a cidade pois, muitos reproduziam os ensinamentos em suas casas, impactando negativamente nos números epidemiológicos das arboviroses. Outro ponto a ser mencionado é a falta de plano de carreira para os profissionais de saúde, já que a alta rotatividade influencia de maneira desfavorável o trabalho continuado no território. Assim

sendo, ressalta-se a importância de criar planos de carreira, bem como retornar e fortalecer as atividades do programa em ambiente escolar.

As ações do município de Lagoa Santa frente ao item 75, que visa prevenção, identificação, aconselhamento e tratamento de crianças e adolescentes tabagistas se mostraram ineficazes, uma vez que as unidades não possuem projetos de educação em saúde e condutas direcionadas, especialmente, a esse público. As unidades de saúde do município possuem grupos de apoio aos tabagistas, porém são para o público em geral, o que dificulta o acolhimento de jovens. Visto isso, o principal documento que assegura proteção integral a crianças e adolescentes é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo uma responsabilidade condicionada à família e à sociedade, além das garantias propostas pelo Estado. Ao negligenciar crianças e adolescentes tabagistas que necessitam de direcionamento e tratamento em sua condição, o município de Lagoa Santa não tem garantido esses cuidados integrais. Segundo a Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais (2023) quanto mais cedo a iniciação do consumo desses indivíduos ao tabagismo maiores as chances de desenvolverem doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), reforçando a necessidade do município direcionar as ações ao público jovem.

O SUS oferece o tratamento para tabagismo em muitos municípios de Minas Gerais, incluindo Lagoa Santa. Para iniciar a linha de cuidado e avaliar a necessidade de uso de medicação, também garantida pelo Estado, o usuário deve buscar a unidade básica de sua abrangência (Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais, 2023). Porém um dos desafios vistos com crianças e adolescentes é no início da captação de tabagistas, sendo observada dificuldade dos profissionais de saúde em identificar os jovens pois, aparecem nas unidades apenas quando apresentam sintomas patológicos. A identificação de alguns jovens é feita pela comunicação dos pais ou outros parentes que se mostram preocupados para lidar com a situação. Fica nítido que um dos fatores o qual contribui com o desafio em questão é a inexistência de capacitação dos profissionais de saúde frente a

isso.

Quanto às ações nas escolas, que são de extrema importância para prevenir o tabagismo e alertar crianças e adolescentes sobre riscos futuros, há o projeto do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) que instrui jovens estudantes sobre drogas e violências, no geral. Entretanto, o projeto não é continuamente realizado. Discorrendo sobre o conceito de saúde e os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), o ambiente faz parte do seu amplo princípio (Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais, 2023) e, para garantir prevenção ao tabagismo direcionado a crianças e adolescentes, fica exposta a necessidade do município de reforçar ações nas escolas. Para ser efetivo, identificar os usuários já inseridos nessa problemática é indispensável, a fim de realizar planos terapêuticos e promover a saúde desse público.

Como abordado no item 75 (Prevenção, identificação, aconselhamento e tratamento em relação ao tabagismo), frente ao item 76, o município de Lagoa Santa se mostra com as mesmas dificuldades. Acerca da prevenção, da identificação, aconselhamento e tratamento de crianças e jovens usuários de álcool e outras drogas, as unidades não possuem ações específicas. A identificação dos jovens é feita apenas se apresentarem quadros agudos, indo ao Hospital, onde recebem referência para CAPS AD, o qual é porta aberta e pode receber qualquer um que deseja acompanhamento. Além disso, o único projeto direcionado aos jovens, nesse sentido, também é o PROERD.

A Política Nacional Antidrogas (Pnad) instituída em 2002 pelo Senad (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) e aprovada em 2005, assegura a execução descentralizada de ações que visem, entre outros objetivos, promover as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e municípios e promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Em consonância com o Pnad, criou-se em 2014 o Programa Institucional Álcool, Crack e outras

Drogas, que apoia políticas e pesquisas no que diz respeito às estratégias de questões que circundam o uso abusivo dessas substâncias, além de desenvolver atividades em conjunto com outras instituições. Com isso, fica exposto que o Estado trabalha na criação e na garantia de cuidados acerca do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Contudo, no município de Lagoa Santa é nítida a necessidade de reforçar as práticas que previnem o uso de álcool e outras drogas entre crianças e adolescentes. São necessárias diversas esferas nessa linha de cuidado, visando uma orientação multiprofissional e garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes que se encontram em situação de dependência.

Em relação aos itens 75 e 76, avaliou-se o relatório de cadastro individual do município no e-SUS que mostrou o registro de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos em uso de tabaco, álcool e outras drogas. Em 2022 foram identificados 41 indivíduos tabagistas nessa faixa etária, sendo 01 menor que 1 ano, 01 de 3 anos, 02 de 10 a 14 anos e 36 de 15 a 19 anos. Em 2023 identificou-se 42 indivíduos, sendo 01 de 2 anos, 02 de 4 anos, 01 de 5 a 9 anos e 37 de 15 a 19 anos.

O levantamento de dados de usuários de álcool mostrou 71 cidadãos, de 0 a 19 anos, em 2022 e 72 em 2023. Respectivamente, sendo 01 menor que 1 ano, 02 de 3 anos, 02 de 4 anos, 03 de 5 a 9 anos, 07 de 10 a 14 anos, 54 de 15 a 19 anos e no ano seguinte 01 de 2 anos, 03 de 4 anos, 04 de 5 a 9 anos, 07 de 10 a 14 anos e 57 de 15 a 19 anos. Em relação ao uso de outras drogas foram identificadas 13 crianças e jovens em 2022, havendo 01 de 1 ano, 01 de 3 anos, 02 de 5 a 9 anos e 09 de 15 a 19 anos. No ano seguinte, em 2023, há 01 de 2 anos, 01 de 4 anos, 02 de 5 a 9 anos e 09 de 15 a 19 anos.

É importante ressaltar que esses dados podem não corresponder à realidade do município, uma vez que o registro de dados é mais uma problemática do sistema de saúde, contendo erros que dificultam a avaliação correta. Mesmo com essa incoerência é indispensável suprir a necessidade de um programa municipal efetivo para identificar esses usuários, para que se

possa realizar planos terapêuticos e promover a saúde destinada a esse público. É preciso, também, rever como os profissionais estão registrando os dados referentes à saúde dos seus usuários locais, a fim de evitar falhas no sistema e na análise de tais dados.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), lançada em 2006, destaca a construção de um modelo de atenção que prioriza a qualidade de vida, com ações para a prevenção de violências e estímulo à cultura de paz. Tem por objetivo atuar sobre os determinantes das doenças e agravos, investindo em políticas indutoras de modos de vida promotores de saúde e ambientes saudáveis (BRASIL, 2006). Visto isso, e em comparação ao item 77 (prevenção, identificação, acolhimento e acompanhamento de situações de violência contra crianças e adolescentes), preferencialmente em parceria intersetorial com serviços de assistência social e segurança pública, é fato que no município existe um protocolo publicado de como agir frente à suspeita de violência contra essa população, realizar notificações e em casos necessários encaminhamento para os hospitais em Belo Horizonte já que, no hospital da cidade - Santa Casa de LS- não existem peritos para realizar corpo de delito.

Entretanto existe uma problemática nesse item, pois o combate à violência contra essa população vulnerável deve ser integrada. Existem outros agentes, além da atenção primária, como o Creas, a Polícia Civil, as escolas (que têm convívio diário com os alunos). No entanto, não há troca de informações entre os agentes envolvidos e então, não há um acompanhamento efetivo. As escolas, por exemplo, não aceitam que existam reuniões com os alunos para alertá-los contra a violência sexual e isso acarreta em grande dificuldade, pois essa população necessita de informações elucidativas sobre seus direitos e entender quando procurar ajuda.

Existem boletins anuais e o uso do SINAN para o controle de dados para que assim, os profissionais, preferencialmente os ACS, ao identificarem casos saibam onde está o maior foco para realizar busca ativa. Ademais, foi relatada a existência de uma casa de apoio para saúde mental das vítimas,

porém não efetiva por desconhecimento dos profissionais acerca do fluxo de direcionamento. Nota-se então, que há um protocolo a ser seguido e uma estrutura diminuta até mesmo com psicólogos do CAPS e NASF. No entanto, sem uma qualificada base de dados para entender a localização do problema e a não oferta de conhecimento (para os pais ou crianças) torna-se cada vez mais difícil o manejo dessa questão.

Segundo os dados do SINAN casos confirmados de violência doméstica, sexual e/ou outras violências por local de residência em Lagoa Santa -MG de 2018 a 2023: em 2018 um total de 24, 2019 - 35, 2020 - 34, 2021 - 34, 2022 -28, 2023-25. Não há uma linearidade nos números e são valores abaixo da realidade dos municípios, isso deve ser revisto para compreender se a falha está na captação desses jovens ou a falta de notificação.

No item 78, foi percebida a necessidade de ter um maior acolhimento e identificação dos casos de violência no município. A atenção primária do município de Lagoa Santa não tem capacitação adequada para tratar esses pacientes. O item anterior, 77, consegue abranger além de apenas injúrias físicas contra crianças e adolescentes, mas também qualquer outro tipo de violência. Isto posto, esse item perde sua importância por se tornar redundante e deve ser retirado.

Sobre a avaliação do item 84, identificação, acolhimento e manejo de crianças e adolescentes em situação vulnerável. Para Malagón Oviedo “A vulnerabilidade se configura em uma dinâmica de interdependências recíprocas que exprimem valores multidimensionais—biológicos, existenciais e sociais. Uma situação de vulnerabilidade restringe as capacidades relacionais de afirmação no mundo, incluídas as formas de agência social, gerando fragilização.”

É notório que as situações de vulnerabilidade vêm sendo colocadas em pauta nos últimos anos, principalmente pela política de equidades, a qual está em consonância com um dos princípios doutrinários do SUS (BRASIL, 1990). Referente aos dados epidemiológicos, constata-se a baixa demanda e o não

registro (visto que casos de medidas socioeducativas existem no município no entanto, não estão registradas) das situações de vulnerabilidade, nos dados retirados do Relatório de cadastro individual do e-SUS do ano de 2023 constam 24 indivíduos de 0 a 19 anos migrantes e 5 em situação de rua. Não há registros sobre refugiados, trabalho infantil e menores infratores.

O município de Lagoa Santa possui profissionais capacitados para realizar busca ativa, atender, notificar e realizar o manejo segundo protocolos estabelecidos com qualquer cidadão em situação de vulnerabilidade. Ademais, o município conta com alguns recursos para lidar com as principais questões de vulnerabilidade, por exemplo, possui o “Centro pop”, responsável pelo acolhimento de pessoas em situação de rua, a “Casa Lar”, uma instituição de caridade, a qual não pertence ao fluxo da prefeitura, já que, não é institucionalizada, mas que recebe indivíduos vulneráveis.

Outras situações como refugiados e migrantes possuem baixa demanda e são acompanhadas na UBS destinada ao território. Já o trabalho infantil não se tem notificação nos últimos anos.

No entanto, nota-se a falta de responsabilização dos profissionais da saúde, no município de Lagoa Santa, para com pacientes crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, principalmente com os menores infratores os quais são tratados apenas como uma questão de segurança pública e não como indivíduos de um território do município que devem receber cuidado horizontal da APS.

Assim, faz-se necessário o trabalho multiprofissional e em rede de todos os setores envolvidos na identificação e manejo das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, além da responsabilização de cada profissional com o paciente. É fundamental ainda que sejam seguidos protocolos para melhor manejo dos casos.

Sobre a avaliação dos itens 74 e 94 crianças e adolescentes são o centro da questão. A saúde é um direito do cidadão de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 e um dos princípios do SUS é a Universalidade e cabe ao Estado assegurar esse direito. O acesso às ações e serviços deve ser

garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais (Ministerio da Saúde, 1990).

Foi notado que o município de Lagoa Santa apresenta um aporte de profissionais e estrutura para cobrir essa população, sendo que as demandas expostas na pesquisa em sua maioria são supridas, tanto no âmbito de prevenção, quanto se estendendo ao tratamento e cuidado continuado.

O item 74, que visa à saúde das crianças e adolescentes no que tange desde à prevenção, rastreamento, diagnóstico, tratamento e acompanhamento dessa população com IST's, em sua maioria segue os protocolos do Ministério da Saúde, tendo boa resolutividade, sendo um ponto positivo, uma vez que é certo que o acesso à essa população é diferente aos adultos.

Um ponto a ser discutido e melhorado no município- e até mesmo no Brasil- é o fato da educação em saúde. Hoje no município existe um entrave entre a população, escola e o Sistema de Saúde, uma vez que anteriormente existiam projetos de educação sobre saúde nas escolas para que o grupo descrito no item seja conscientizado quanto à saúde sexual, uma vez que, a maioria das doenças descritas é transmitida pela relação sexual. O assunto em questão é visto com preconceito por questões socioculturais, mas é sabido que a educação prévia é de suma importância para que crianças e adolescentes cresçam de forma saudável e conscientes sobre as IST 's. É notório que o município terá entraves até que a informação chegue a esse grupo em destaque. Em discussões feitas junto aos profissionais de saúde, uma forma de ajustar esse quesito foi a conscientização não só das crianças e adolescentes, e sim uma ação conjunta de abordagem junto aos pais e responsáveis legais, para que assim o assunto que é visto como intocável seja discutido.

Para construção de toda discussão sobre a Prevenção, rastreamento, diagnóstico, tratamento e acompanhamento da criança e adolescente com sífilis, hepatites virais, HIV e outras ISTs, foram analisados os dados da notificação compulsória registradas pelo SINAN de 2018 a 2023, sendo 240

notificações de alguma criança e ou adolescente portadora de alguma doença citada acima.

Em seguida, o item 94: adolescentes e gestação. As informações obtidas sobre o tema junto aos profissionais de saúde foram esclarecedoras, uma vez que a abordagem e o seguimento das gestantes adolescentes são muito satisfatórios. Foi visto que as ações para com esse grupo são pautadas em protocolos do Ministério da Saúde, como o Manual Técnico de Gestão de Alto Risco e Protocolos da Atenção Básica Saúde das Mulheres. Apesar desses protocolos serem voltados para adultos, abrangem as necessidades das gestantes adolescentes. Um ponto muito importante nessa discussão é o grande valor que a instituição “Mãe Santa” tem no município, projeto este que acolhe, incentiva e orienta as gestantes em toda a gravidez, tendo uma grande aceitação dos servidores da saúde e muito bem aceito em todo município.

Sobre a identificação, acompanhamento e atenção integral à adolescente gestante e puérpera, foram analisados dados de acordo com a Consolidação de Cadastro Individual de Lagoa Santa no dia 09/05/2023. Sendo 136 crianças e ou adolescentes notificados quanto ao pré natal e puerpério no período de 01/01/2022 à 01/01/2023.

Dessa forma, analisando os itens 74 e 94, fica claro que o trabalho feito no município é produtivo, no entanto, não existem protocolos feitos especificamente para crianças e adolescentes, podendo ser melhor trabalhado para que a abordagem e o seguimento dessa população seja melhorado e ser referência não só municipal quanto federal.

Quadro 2: Pareceres conclusivos para cada item analisado



Número do Item	Itens Avaliado	Parecer final
56	Manejo de arboviroses (dengue, zika, febre amarela e chikungunya).	Manter
74	Prevenção, rastreamento, diagnóstico, tratamento e acompanhamento da criança e adolescente com sífilis, hepatites virais, HIV e outras ISTs.	Manter
75	Prevenção, identificação, aconselhamento e tratamento em relação ao tabagismo.	Manter
76	Prevenção, identificação, aconselhamento em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas.	Reformular
77	Prevenção, identificação, acolhimento e acompanhamento de situações de violência contra crianças e adolescentes, preferencialmente em parceria intersetorial com serviços de assistência social e segurança pública	Manter
78	Prevenção e promoção da segurança da criança e do adolescente contra injúrias físicas.	Retirar
84	Identificação e seguimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (violência, trabalho infantil, medida socioeducativa, acolhimento institucional, em situação de rua, migrantes e refugiados).	Reformular
94	Identificação, acompanhamento e atenção integral à adolescente gestante e puérpera.	Manter

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, foram analisados os itens 56, 74, 75, 76, 77, 78, 84 e 94 da Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde e a forma como são praticados no município de Lagoa Santa.

É improrrogável que sejam feitas melhorias, as quais foram descritas no trabalho, na assistência aos pacientes, já que, foram observadas falhas na identificação, nas notificações, na promoção à saúde, e na assistência. É inegável a existência de pontos positivos na realização da saúde em Lagoa Santa mas, é de grande valia que os itens sejam realizados de forma integral,

visando o cumprimento legítimo do que é posto pelo Ministério da Saúde, para que a saúde (direito do cidadão e dever do Estado) seja garantida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Carteira de serviços da Atenção Primária à Saúde (CaSAPS) : versão profissionais de saúde e gestores [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. –Brasília: Ministério da Saúde, 2020.83 p. : il. Modo de acesso: World Wide Web: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carteira_servicos_atencao_primaria_saude.pdf. ISBN 978-85-334-2779-2. Acesso em: março 2023.
2. Brasil. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990.
3. FEDERAL, Governo et al. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal, v. 8, 1990.
4. FIOCRUZ. Programa Institucional Álcool, Crack e outras Drogas. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/programa-institucional-alcool-crack-e-outras-drogas>>. Acesso em 08 de maio de 2023.
5. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Brasília : Ministério da Saúde, 2010.
6. MALAGÓN-Oviedo RA, Czeresnia D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter bio-social. Interface (Botucatu). 2015; 19(53):237-49.

7. MENDES, Eugênio Vilaça et al. A construção social da atenção primária à saúde. **Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde**, v. 45, 2015.
8. Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinannet/cnv/animaismg.def>>. Acesso em março 2023.
9. SAÚDE, M. D. Guia Política Nacional de Atenção Básica. Ministério da Saúde. Brasília. 2018. SAÚDE, M. D. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquee>>. Acesso em: março 2023.
10. SILVA, Silvio Fernandes da et al. Redes de atenção à saúde no SUS: o pacto pela saúde e redes regionalizadas de ações e serviços de saúde. In: Redes de atenção à saúde no SUS: o pacto pela saúde e redes regionalizadas de ações e serviços de saúde. 2008. p. 201-201.
11. SIQUEIRA, Marluce Miguel et al. Álcool, tabaco e outras drogas na atenção básica. Vitória: EDUFES, 2016.
12. SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE. TABAGISMO. Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/tabagismo>>. Acesso em 08 de maio de 2023.
13. e-SUS APS
14. MANUAL DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO
15. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres

Anexo A:

1. 56 Manejo de arboviroses (dengue, zika, febre amarela e chikungunya).

- 1.1. Como se dá o monitoramento para as arboviroses no município? Quais profissionais envolvidos?
- 1.2. Os dados levantados relacionados a essas doenças são devidamente registrados? Onde são registrados?
- 1.3. Logo que identificado as áreas de foco qual o segmento a ser realizado na atenção primária? ACE e ACS realizam trabalho em conjunto?
- 1.4. As medidas para controle desses focos são realizadas em tempo hábil e de maneira eficaz? Como é feita a avaliação da efetividade dessas ações?
- 1.5. Como a informação chega ao paciente a respeito da prevenção, sinais e sintomas, unidade de saúde que deve procurar ou qualquer outro assunto relacionado às doenças? Esses canais de comunicação atingem de maneira efetiva a população?
- 1.6. Sobre febre amarela: há campanha vacinal no município? Qual índice de cobertura a ser atingido? Em caso de meta não atingida, qual medida é tomada?
- 1.7. Em caso suspeito há protocolo ou fluxo a ser seguido pelo profissional que realiza o atendimento do paciente dentro da atenção primária?
- 1.8. Como é realizada a confirmação do caso? Clínico ou diagnóstico?
- 1.9. Os insumos a serem utilizados desde a prevenção às complicações graves são fornecidos? São fornecidos em tempo hábil e em quantidade suficiente?
- 1.10. Há constante atualização dos fluxos? Os profissionais são capacitados de maneira hábil?
- 1.11. Há incorporação de unidades de referência para casos graves ou os pacientes são levados à rede de apoio?

- 1.12 O município dispõe de apoio diagnóstico e terapêutico para seguimento do caso até a cura?

ATENÇÃO E CUIDADOS CENTRADOS NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE

2. **(Item 74)** Prevenção, rastreamento, diagnóstico, tratamento e acompanhamento da criança e adolescente com sífilis, hepatites virais, HIV e outras ISTs.
- 2.1. Como é realizada a captação das crianças e adolescentes dentro da área de abrangência da UBS?
- 2.2. Como é abordado o assunto com os responsáveis sobre o rastreio dessas doenças?
- 2.3. Como a informação chega ao paciente a respeito da prevenção, sinais e sintomas, unidade de saúde que deve procurar ou qualquer outro assunto relacionado às doenças? Esses canais de comunicação atingem de maneira efetiva a população?
- 2.4. Qual grupo de profissionais aborda o assunto com os responsáveis sobre o rastreio dessas doenças?
- 2.5. Existe uma rede de apoio para o público alvo e seus representantes legais?
- 2.6. Existe um controle para que o público alvo siga o tratamento das doenças?
- 2.7. Os pacientes têm acesso fácil aos medicamentos para tratamento e/ou controle dessas doenças?
- 2.8. Existe um projeto de educação sexual para os adolescentes?
- 2.9. O município dispõe de exames laboratoriais para apoio diagnóstico?
- 2.10. Os testes rápidos são ofertados para todos os adolescentes da área de abrangência?
- 2.11. Os profissionais da equipe recebem capacitações acerca das IST's e abordagem em crianças e adolescentes?
3. **(Item 75) Prevenção, identificação, aconselhamento e tratamento em relação ao tabagismo.**

- 3.1. Como é realizada a identificação de jovens tabagistas nas UBS? Quem os identifica?
 - 3.2. Como é realizada a abordagem de atendimento a esses jovens? Tem um questionário padrão a ser feito?
 - 3.3. As unidades de saúde realizam ações de prevenção nas suas áreas de abrangência? Como são realizadas essas ações? Quais profissionais estão envolvidos?
 - 3.4. Como realiza-se o tratamento desses jovens? São encaminhados para grupos de apoio? A família participa dessa abordagem?
 - 3.5. As escolas participam das ações de prevenção ao tabagismo com os jovens?
 - 3.6. Os profissionais recebem capacitação para manejo tabagismo em adolescentes?
- 4. (Item 76) Prevenção, identificação, aconselhamento em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas.**
- 4.1. Como é realizada a identificação de jovens que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas nas unidades básicas? Quem os identifica?
 - 4.2. Como é realizada a abordagem de atendimento a esses jovens? Tem um questionário padrão a ser feito?
 - 4.3. As unidades de saúde realizam ações de prevenção contra álcool e outras drogas nas suas áreas de abrangência? Como são realizadas essas ações? Quais profissionais envolvidos?
 - 4.4. As famílias participam da abordagem/atendimento aos jovens usuários?
 - 4.5. Há grupos de apoio para o seguimento e discussão acerca do uso de álcool e drogas?
 - 4.6. Existem ações na área de abrangência da UBS direcionadas às escolas, a fim de instruir sobre riscos, prevenção e onde buscar ajuda?

- 4.7. As unidades têm contabilizado esses jovens usuários de álcool e drogas em sua área de abrangência?
- 4.8. Os profissionais recebem capacitação para manejo dos adolescentes que se encontram com uso abusivo de álcool e outras drogas?
- 5. (Item 77) Prevenção, identificação, acolhimento e acompanhamento de situações de violência contra crianças e adolescentes, preferencialmente em parceria intersetorial com serviços de assistência social e segurança pública**
- 5.1. Qual protocolo de atenção clínica e epidemiológica é utilizado pelo município de Lagoa Santa para manejo dessas suspeitas?
- 5.2. Como é feito esse manejo pela equipe assistencial (médico/enfermeiro/Clinica Ampliada) da UBS?
- 5.3. Existe algum apoio psicológico para essas crianças e adolescentes na UBS da região?
- 5.4. A Secretaria Municipal de Saúde faz uso de algum sistema de informação para controle dos casos incidentes?
- 5.5. Como funciona a investigação desses casos fora da UBS? É feito rastreamento a domicílio?
- 5.6. Quais ações já foram feitas no município para visitar a redução desses casos?
- 5.7. Qual o papel do ACS frente a esse problema?
- 5.8. Há uma boa comunicação entre a atenção primária e a segurança pública?
- 5.9. Os casos identificados na rede hospitalar chegam até a UBS para seguimento do acompanhamento?
- 5.10. Os profissionais recebem capacitação para manejo dos casos de violência contra criança e adolescentes?

6. (Item 78) Prevenção e promoção da segurança da criança e do adolescente contra injúrias físicas.

6.1 Existem dados capazes de fornecerem estimativas quantitativas a respeito de injúrias físicas contra crianças e adolescentes?

6.2 Há apoio psicológico destinado aos jovens?

6.3 Existem unidades de apoio que acolhem esses jovens em caso de injúrias físicas em domicílio?

6.4 A Secretaria Municipal de Saúde faz uso de algum sistema de informação para controle dos casos incidentes?

6.5 São feitas buscas ativas desses casos?

6.6 Existe alguma ação de prevenção desenvolvida em conjunto da UBS e Escola?

6.7 Como a UBS atua frente a estes casos?

7. (Item 84) Identificação e seguimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (violência, trabalho infantil, medida socioeducativa, acolhimento institucional, em situação de rua, migrantes e refugiados).

7.1 O município tem implementado o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra crianças e adolescentes?

7.2 É feita a identificação dos casos de violência por meio de suspeita clínica e busca ativa pela equipe da UBS?

7.3 Se identificados, os casos são acolhidos e acompanhados pela UBS? Como?

7.4 Os casos estão sendo notificados pelos profissionais da saúde?

7.5 Como é feito o manejo de crianças e adolescentes em situação de rua pela UBS?

7.6 Como é feito o manejo, pela UBS, de crianças e adolescentes refugiados e migrantes, caso existam no município?

7.7 Existe no município casos de trabalho infantil? Se sim são notificados pelos profissionais de saúde? Como a UBS maneja?

7.8 Caso seja necessária medida socioeducativa, para onde vão as crianças e adolescentes que precisam? É feita ressociação?

7.9 Caso o paciente esteja em ou tenha cumprido medida socioeducativa, quais ações de apoio a UBS realiza?

8. Item 94 Identificação, acompanhamento e atenção integral à adolescente gestante e puérpera.

8.1 A UBS consegue fazer a identificação e captação precoce da adolescente gestante? Qual profissional e como é feito o primeiro contato?

8.2 O acompanhamento da gestante no pré natal é feito por quais profissionais? Existe acompanhamento multiprofissional, incluindo GO?

8.3 Quantas consultas de pré-natal são preconizadas?

8.4 Existe ação de planejamento familiar para as gestantes, principalmente para as primigestas?

8.5 Existe rede de apoio da adolescente gestante, algum representante familiar, participa dos atendimentos?

8.6 Como é realizada a busca ativa das adolescentes gestantes que faltam às consultas de pré-natal? Quais profissionais envolvidos?

8.7 Quais medidas são realizadas pela equipe em caso de descontinuidade do pré-natal?

8.8 Como é realizada a orientação durante o pré-natal da importância da realização dos exames, vacinação, uso de suplementação e medicamentos quando prescritos?

8.9 É realizada alguma ação de educação em saúde para a gestante sobre parto, amamentação e cuidados com o RN?

8.10 A consulta puerperal é de fácil acesso em todas as unidades básicas?

8.11 Qual estratégia é utilizada para realização do puerpério em tempo oportuno?

8.12 Existe uma rede de apoio e/ou projeto para as puérperas em questão de planejamento familiar?

Anexo B:**AValiação e Parecer sobre os Itens da Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde Municipal de Lagoa Santa****ITEM 56: Manejo de arboviroses (dengue, zika, febre amarela e chikungunya).**

DESCRIÇÃO: Avalia a gestão, capacitação e atualização clínica dos profissionais para manejo das arboviroses na APS. Estimular a eficiência nas condutas e orientações sobre eliminação dos criadouros e promoção à saúde.

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS: Notificações compulsórias registradas pelo SINAN sobre Chikungunya entre 2015 a 2020: 16 casos, Zika entre 2019 a 2020: 14 casos, Dengue entre 2018 a 2022: 5101.

AValiação ACERCA DO ITEM: O município de Lagoa Santa/MG tem adotado medidas eficientes na abordagem das arboviroses, desde a sua prevenção ao tratamento. Quando identificado o foco pelas ACS, ACE ou pela própria população, a equipe de zoonose municipal age rapidamente realizando o bloqueio da área controlando o foco. Outro instrumento utilizado é o Levantamento Rápido de Índices para Aedes Aegypti (LIRA), da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, e a partir da análise desses resultados, são estipuladas ações a serem realizadas pela equipe da vigilância a fim de combater as arboviroses. A APS tem papel fundamental na identificação e prevenção das arboviroses no município, contribuindo através da disseminação de informações para a população, por meio de campanhas pela mídia, em conjunto com ações de promoção nas próprias UBS. Além disso, o setor de vigilância epidemiológica utiliza o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) como ferramentas para auxiliar no monitoramento do índice de mortalidade e morbidade, facilitando a identificação de riscos e realidade epidemiológica das arboviroses. Nesse sentido, após análise criteriosa dos dados epidemiológicos pela Vigilância Epidemiológica, a APS consegue montar um plano estratégico de prevenção e tratamento para os possíveis casos no município, proporcionando saúde ampla e integral aos seus cidadãos.

Ressalva: o Programa de Saúde da Escola (PSE) é um importante veículo de informação para os estudantes que, posteriormente, reproduziam os ensinamentos em suas casas, impactando negativamente nos números epidemiológicos das arboviroses, porém é pouco utilizado no atual momento no município. Assim sendo, ressalta-se a importância do retorno e fortalecimento das atividades desse programa.

PARECER FINAL (RETIRAR/MANTER/REFORMULAR): Manter

REFERÊNCIAS:**(Item 74) Prevenção, rastreamento, diagnóstico, tratamento e acompanhamento da criança e adolescente com sífilis, hepatites virais, HIV e outras ISTs.**

DESCRIÇÃO: Avaliação geral, desde a prevenção ao controle ou cura de crianças e adolescentes com IST 's.

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS: Notificação compulsória registradas pelo SINAN de 2018 a 2023, sendo 240 notificados de alguma doença citada acima.

AVALIAÇÃO ACERCA DO ITEM: Foi observado que esse tema ainda é pouco discutido devido às dificuldades na abordagem com a sociedade do município e em todo o Brasil. O acompanhamento de crianças com IST 's inicia-se no pré-natal, sendo os médicos e os enfermeiros os responsáveis pela abordagem durante as consultas. Os ACS realizam ações de busca ativa quando necessário. A prevenção poderia ser mais eficiente, mas devido às dificuldades da abordagem por questões socioculturais, as orientações em sua maioria, ocorrem somente nas consultas. Existia uma campanha de conscientização, porém nos últimos anos não está acontecendo. Caso o paciente precise de uma rede de apoio o município dispõe de equipe multiprofissional capacitada, sendo os casos mais graves encaminhados para unidade de referência, entretanto, segue sendo observado em sua unidade básica. O município ainda conta com uma estrutura quanto à exames laboratoriais e medicamentos para à população que necessita. Ainda dispõe de testes rápidos, porém não são disponibilizados para uso. Por fim, existem capacitações periódicas para que os profissionais de saúde saibam melhor conduzir as IST 's em crianças e adolescentes.

PARECER FINAL (RETIRAR/MANTER/REFORMULAR): Manter.

OBSERVAÇÃO DO PRECEPTOR:

REFERÊNCIAS: Ministério da Saúde/SINAN/CPDE/DIE/SVE/Sub sVS/SES MG

ITEM 75: Prevenção, identificação, aconselhamento e tratamento em relação ao tabagismo

DESCRIÇÃO: Avaliar ações de prevenção, identificação, aconselhamento e tratamento das crianças e dos adolescentes tabagistas no município.

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS: Consolidado de cadastro individual do município no e-SUS de 0-19 anos: Tabagismo em 2022: 41 indivíduos; Tabagismo em 2023: 42 indivíduos.

AValiação ACERCA DO ITEM: As ações do município de Lagoa Santa frente à prevenção, à identificação, ao aconselhamento e ao tratamento de crianças e adolescentes tabagistas se mostraram ineficazes, uma vez que as unidades não possuem projetos de educação em saúde e condutas direcionadas, especialmente, a esse público. As unidades de saúde do município possuem grupos de apoio aos tabagistas, porém são para o público em geral, o que dificulta o acolhimento de jovens. Ademais, os direcionamentos em saúde a esse público são desafiadores no início da captação de tabagistas, sendo observado uma dificuldade dos profissionais de saúde de identificar os jovens, pois aparecem nas unidades apenas quando apresentam sintomas patológicos. A identificação de alguns jovens é feita pela comunicação dos pais ou outros parentes, que se mostram preocupados em lidar com a situação. Ficou nítido que um dos fatores que contribuem para o desafio em questão é a inexistência de capacitação dos profissionais de saúde. Quanto às ações nas escolas, que são de extrema importância para prevenir o tabagismo e alertar crianças e adolescentes sobre riscos futuros, há o projeto do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) que instrui jovens estudantes sobre drogas e violências, no geral. Entretanto, o projeto não está sendo continuamente realizado. Fica exposto a necessidade do município de reforçar ações que previnem o tabagismo entre crianças e adolescentes. Para ser efetivo, identificar esses usuários é indispensável, a fim de realizar planos terapêuticos e promover a saúde desse público.

PARECER FINAL (RETIRAR/MANTER/REFORMULAR): Manter.

OBSERVAÇÃO DO PRECEPTOR:

REFERÊNCIAS: e-SUS

ITEM 76: Prevenção, identificação e aconselhamento em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas

DESCRIÇÃO: Avaliar a identificação, o aconselhamento e o tratamento das crianças e dos adolescentes que fazem uso excessivo de álcool e outras drogas no município.

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS: Consolidado de cadastro individual do município no e-SUS de 0-19 anos: Álcool em 2022: 59 indivíduos; Álcool em 2023: 72 indivíduos; Outras drogas em 2022: 13 indivíduos; Outras drogas em 2023: 13 indivíduos.

AVALIAÇÃO ACERCA DO ITEM: Como discorrido no item 75 (Prevenção, identificação, aconselhamento e tratamento em relação ao tabagismo), frente ao item 76, o município de Lagoa Santa se mostra com as mesmas dificuldades. Acerca da prevenção, da identificação, aconselhamento e tratamento de crianças e jovens usuários de álcool e outras drogas, as unidades não possuem ações de prevenção. A identificação dos jovens é feita apenas se apresentarem quadros agudos, indo ao Hospital, onde recebem referência para CAPS AD, que é porta aberta e pode receber qualquer um que deseja acompanhamento. Além disso, o único projeto direcionado aos jovens, nesse sentido, é o PROERD. Fica exposto a necessidade do município de reforçar ações que previnem o uso de álcool e outras drogas entre crianças e adolescentes. Para ser efetivo, identificar esses usuários é indispensável, a fim de realizar planos terapêuticos e promover a saúde desse público. Nesse sentido, é importante reformular o item para garantir assistência integral, "Prevenção, identificação, aconselhamento e tratamento em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas".

PARECER FINAL (RETIRAR/MANTER/REFORMULAR): Reformular

OBSERVAÇÃO DO PRECEPTOR:

REFERÊNCIAS: e-SUS

(Item 77) Prevenção, identificação, acolhimento e acompanhamento de situações de violência contra crianças e adolescentes, preferencialmente em parceria intersetorial com serviços de assistência social e segurança pública

DESCRIÇÃO: Avaliar a condução da prevenção, acolhimento e tratamento de situações de violência contra crianças e adolescentes, integrado ao acompanhamento profissionais da ACS e médicos do município com o intuito de detectar e auxiliar.

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS: Lagoa Santa -MG de 2018 a 2023.
Em 2018 um total de 24, 2019 - 35, 2020 - 34, 2021 - 34, 2022 -28, 2023-25.

AVALIAÇÃO ACERCA DO ITEM:

No município existe protocolo publicado de como agir em momentos de suspeita de violência contra as crianças e adolescentes, que funciona em geral ao chegar na ubS e se houver suspeita deve ser feita a notificação e são encaminhados para hospitais em Belo Horizonte, pois na Santa Casa de LS não possui peritos, para realizar corpo de delito.

Entretanto existe uma problemática nesse item, pois o combate à violência contra essa população vulnerável deve ser integrada. Existem outros agentes, além da atenção primária, como o Creas, a Polícia Civil, as escolas (que têm convívio diário com os alunos). No entanto, não há troca de informações entre os agentes envolvidos e então, não há um acompanhamento efetivo. As escolas, por exemplo, não aceitam que existam reuniões com os alunos para alertá-los contra a violência sexual e isso acarreta em grande dificuldade, pois essa população necessita de informações elucidativas sobre seus direitos e entender quando procurar ajuda.

Foi discorrido também sobre a existência de dados fornecidos por boletins anuais e o uso do SINAN para o controle de dados. Porém os profissionais presentes queixaram não ter acesso a esse compartilhamento desses dados, não tendo bom controle do território. Ademais, relataram a existência de uma casa de apoio responsável pela saúde mental das vítimas, porém não efetiva por desconhecimento dos profissionais acerca do fluxo de direcionamento. Descreveram o papel dos ACS para trazer às unidades casos suspeitos e declararam a falta de ações nas escolas frente à prevenção e à promoção da segurança de crianças e adolescentes contra injúrias físicas.

Existem psicólogos do NASF e CAPS mas, por não ter um fluxo de atendimento a essas populações e identificações, não são sempre acionados.

PARECER FINAL (RETIRAR/MANTER/REFORMULAR): Manter.

OBSERVAÇÃO DO PRECEPTOR:

REFERÊNCIAS: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinanet/cnv/animaismg.def>>. Acesso em março 2023.

SINAN

(Item 78) Prevenção e promoção da segurança da criança e do adolescente contra injúrias físicas.

DESCRIÇÃO: Prevenção de violência física

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS:

AVALIAÇÃO ACERCA DO ITEM: Em consonância com o item 77, percebe-se a necessidade de ter maior acolhimento e identificação dos casos de violência no município. Pela discussão, a atenção primária não tem capacitação adequada para tratar esse tipo de pacientes. O item anterior consegue abranger além do que só injúrias físicas dessa população vulnerável, mas também qualquer outro tipo de violência, devido a isso esse item perde sua importância por se tornar redundante e deve ser retirado.

PARECER FINAL (RETIRAR/MANTER/REFORMULAR): Retirar

OBSERVAÇÃO DO PRECEPTOR:

REFERÊNCIAS:

ITEM 84: Identificação e seguimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (violência, trabalho infantil, medida socioeducativa, acolhimento institucional, em situação de rua, migrantes e refugiados).

DESCRIÇÃO: Identificação, acolhimento e manejo de crianças e adolescentes em situação vulnerável.

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS: Retirados do Relatório de cadastro individual do E-SUS do ano de 2023: 5 indivíduos de 0 a 19 anos em situação de rua e 24 migrantes no município de Lagoa Santa.

AVALIAÇÃO ACERCA DO ITEM: O serviço prestado pelo município de Lagoa Santa às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade dispõe de diversos setores que atuam desde a identificação até o manejo necessário. É de competência dos ACS fazer busca ativa em seu território levantando os possíveis casos de vulnerabilidade e levar a demanda até a UBS. É de responsabilidade dos médicos realizarem a suspeição clínica de questões a serem notificadas e, de fato, realizarem a notificação. O seguimento desses jovens é feito de forma multiprofissional envolvendo psicólogos, CAPS, assistentes sociais e, se necessário, Conselho Tutelar. Existe no município o chamado "Centro

pop” um serviço especializado no acolhimento de pessoas em situação de rua de qualquer faixa etária. Além da “Casa Lar” o qual não é um serviço institucionalizado, que recebe qualquer cidadão em situação de vulnerabilidade incluindo menores infratores que estão cumprindo medida socioeducativa, porém o município desconhece o fluxo. Acerca do trabalho infantil, não ocorre há anos qualquer caso notificado. Além disso, as outras situações de vulnerabilidade são de baixa demanda, mas é pactuado que os profissionais são capacitados para realizar o seguimento e protocolos necessários. Entretanto, é notório que existe a falta de responsabilização dos agentes de saúde envolvidos. Em especial em casos de jovens menores infratores que não são tratados como pacientes a serem avaliados e seguidos, mas apenas como um problema de segurança pública.

Faz preciso, então, a reformulação do item para “Identificação, manejo e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (violência, trabalho infantil, medida socioeducativa, acolhimento institucional, em situação de rua, migrantes e refugiados).” A fim de melhor elucidação do que deve ser feito para esse público.

PARECER FINAL (RETIRAR/MANTER/REFORMULAR): Reformular.

OBSERVAÇÃO DO PRECEPTOR:

REFERÊNCIA: Cadernos de Atenção Básica, nº 33, Saúde da criança Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012a. Disponível em:

Saúde da criança : crescimento e desenvolvimento.

Ministério da Saúde/BVS-Biblioteca Virtual em saúde. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf.

(Item 94) Identificação, acompanhamento e atenção integral à adolescente gestante e puérpera.

DESCRIÇÃO: A respeito das ações favoráveis ao acompanhamento e cuidado integral às adolescentes gestantes e puérperas, objetivando analisar adesão e continuidade às consultas de pré natal e consultas de puerpério, e ações de planejamento familiar visando atender com qualidade o binômio mãe e filho.

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS: Manual Técnico de Gestão de Alto Risco e Protocolos da Atenção Básica Saúde das Mulheres. Sendo 136 crianças e ou adolescentes notificados quanto ao pré natal e puerpério no período de 01/01/2022 à 01/01/2023 de acordo com a Consolidação de cadastro individual de Lagoa Santa no dia 09/05/2023.

AValiação ACERCA DO ITEM: O município de Lagoa Santa oferece à população em destaque uma equipe que abrange toda a necessidade de uma grávida. A identificação das grávidas se faz pelos ACS em todo o território, e muitas vezes as gestantes vão sob demanda espontânea fazer o primeiro atendimento, e depois começam as consultas de pré natal. As consultas de pré natal são realizadas por médicos e enfermeiros, sendo que são feitas pelo menos 6 consultas, seguindo a diretriz do Ministério da Saúde. Além disso, o município tem uma cobertura de mais de 80% em Saúde Bucal, um fator importante de avaliação para a gestante no seguimento do pré natal. As unidades de saúde contam com equipes capacitadas para informar e orientar as gestantes quanto à realização dos exames trimestralmente e em relação à vacinação. Existe um importante trabalho acerca dos ACS quanto à descontinuidade das gestantes nas consultas, sendo que é feita busca ativa e em casos especiais de recusa das consultas é acionada a equipe multiprofissional e o Conselho Tutelar. Em relação às consultas de puerpério, as mães já são orientadas desde a saída da maternidade, mas existe a busca ativa e captação dos ACS para que elas deem seguimento nas unidades básicas, contando com apoio dos profissionais e o mais importante, com consultas visando o planejamento familiar. O município ainda conta com o Programa “Mãe Santa”, nele as gestantes encontram uma abrangente rede de apoio, com transporte, doação de itens para realizar o enxoval do bebê, sendo uma entidade com grande apreço da população e que oferece certa estabilidade para a gestante.

PARECER FINAL (RETIRAR/MANTER/REFORMULAR): Manter.

OBSERVAÇÃO DO PRECEPTOR:

REFERÊNCIAS:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf

https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/03/manual_gestacao_alto_risco.pdf

<https://sisaps.saude.gov.br/esus/>